



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017

GT 7: DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA

ECONÔMIA SOLIDÁRIA EM REDE PARA RECUPERAÇÃO DE UM BEM COMUM

Angelo Altair Oliveira; angeloaltairoliveira@gmail.com
Ione Rodrigues Correia; iocorreia@hotmail.com
Carlos A.M. Gonzaga; gonzaga@unicentro.br

RESUMO: Com o objetivo de colaborar na busca de soluções para salvaguardar os bens comuns, o presente estudo parte da discussão das principais teorias sobre o assunto, estuda a organização e atuação da Rede de Sementes do Xingu e, a partir dessa pesquisa, conclui que é possível recuperar um bem comum de maneira a gerar desenvolvimento comunitário e fortalecer as comunidades a partir de economia solidária realizada em rede. Para tal, é importante aliar conhecimento tradicional com conhecimentos acadêmicos, num diálogo sempre crescente com outros grupos, o que resulta em conhecimento mútuo e entendimento sobre a melhor forma de utilização e conservação daquele comum e manutenção do mesmo, com geração de renda à comunidade que se organiza a partir desse bem comum.

Palavras chave: bem comum, rede de sementes, desenvolvimento comunitário, economia solidária

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre os bens comuns vem sendo travada há algum tempo, mostrando-se cada vez mais atual. Muitos estudiosos afirmam que a atuação humana no atual modelo de desenvolvimento está levando o planeta à escassez dos recursos naturais. De outro lado, há estudiosos que buscam na prática de comunidades que viveram por longo tempo de um recurso natural sem leva-lo à escassez luzes para se enfrentar o problema dos bens comuns a nível global.

No meio de toda essa discussão, uma das maiores dificuldades encontradas é como recuperar um bem comum que vem sendo explorado para além de sua capacidade de renovação, numa sociedade de necessidades crescentes, em que grande parte das pessoas não controla e nem participa da gestão dos meios e recursos de produção de riquezas. Para tal, a economia social solidária mostra-se importante alternativa (GUARIDO; LÉRIAS, 2007).

Com o objetivo de colaborar na busca de soluções para salvaguardar os bens comuns, o presente estudo parte da discussão das principais teorias sobre o assunto, para em seguida buscar entender a atuação da Rede de Sementes do Xingu, uma experiência colaborativa que vem conseguindo restaurar as matas nativas da bacia do Rio Xingu através de práticas de economia social solidária, unindo conhecimentos tradicionais indígenas com conhecimentos técnicos e de outras comunidades. Para estudar essa experiência foi utilizado o método histórico (PRODANOV e FREITAS, 2013), tendo como fonte dados fornecidos pelos



informativos e relatórios da referida instituição e observação participativa. Da análise dos dados, e estabelecendo comparação entre os conceitos da literatura e a prática da Rede de Sementes do Xingu saíram as conclusões do estudo.

2. OS BENS COMUNS

Tradicionalmente o termo “comum” veio sendo aplicado na gestão de recursos naturais, na utilização de propriedade ou compartilhado por vários indivíduos em uma base de grupo. Os bens comuns se referiam a entidades substantivas ou tangíveis existentes a níveis locais. Era o nome genérico para todos os recursos e espaço que os cidadãos locais compartilhavam, eram coisas reais que existiam em espaço e tempo reais. Mas com o tempo os problemas e o conceito se ampliaram para discursos interdisciplinares e até recursos intangíveis como recursos culturais (SUGA, 2013). Como exemplo dessa evolução dos problemas, temos a atmosfera, que atualmente faz parte de um dos “comuns globais”, que é considerado de toda a humanidade (HELRICH, 2012).

E à medida em que os Estados Unidos e outras economias cresceram, e junto com elas a capacidade de transporte do planeta em relação aos recursos naturais, a preocupação quanto à qualidade ambiental aumentou, particularmente para os bens comuns e recursos de acesso aberto, tornando o problema dos comuns mais importante e central para a economia do que um século atrás, quando Katharine Coman, liderou a primeira edição da *American Economic Review* (STAVINS, 2010).

Ao longo deste século os estoques de uma variedade de recursos naturais renováveis, incluindo água, florestas, pescas e muitas outras espécies de plantas e animais foram esgotados abaixo de níveis socialmente eficientes, por causa dos problemas dos comuns, principalmente pela falta de definição dos regimes de direito de propriedade. Da mesma forma, as mesmas falhas de mercado de acesso aberto levaram à degradação da qualidade do ar e da água, ao descarte inadequado de resíduos perigosos, ao esgotamento do ozônio estratosférico e a acumulação atmosférica de gases de efeito estufa relacionados com a mudança climática global (STAVINS, 2010).

Para resolver o problema dos “comuns”, Hardin (1968) acreditava que em um planeta finito a população deveria ser finita. Hardin apontava como uma das soluções para o problema controlar a procriação humana, fazia algumas considerações do que seria uma população ótima para um planeta limitado. Ele descartou o apelo a consciência e a questão da diminuição do uso de energia que, para dar algum resultado, deveria ser usada somente para a manutenção da vida. Indicou ainda a necessidade de reavaliar nossas liberdades individuais, que potencializadas com a superpopulação provocam o que ele denominou de “a tragédias dos bens comuns”. A “tragédia dos bens comuns” seria a ameaça de esgotamento ou extinção do que conhecemos por bens comuns. Tal fenômeno é provocado pela ação do homem na busca de seu próprio interesse ilimitado em uma sociedade que busca livre acesso aos bens comuns que são limitados. Como nos casos dos parques Nacionais, limitados em extensão e abertos a uma população sem limite (HARDIN, 1968).



**II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017**

Estudos empíricos mais recentes discutem novas compreensões sobre tais problemas e as condições mais susceptíveis de favorecer a utilização sustentável dos recursos comuns, sobre os desafios mais difíceis que dizem respeito à gestão de recursos de grande escala de cooperação internacional. Alguns exemplos mostram que tornar um recurso de acesso aberto ou privatizá-lo causa mais degradação do que resultados de regimes tradicionais de propriedade de grupo, e que existem mais possibilidades do que Hardin sugeriu. No entanto, a gestão de recursos de grande escala de cooperação internacional, como a água doce em bacias internacionais ou grandes ecossistemas, envolverão a cooperação de instituições internacionais apropriadas e instituições nacionais, regionais e locais. Tal cooperação exigirá passar por dificuldades como a diversidade cultural na busca por entendimentos comuns (OSTROM et al, 1999).

As lições de exemplos bem-sucedidos fornecem pontos de partida para enfrentar os desafios futuros. Alguns deles serão institucionais, como instituições multiníveis que se baseiam e complementam instituições locais e regionais para se concentrarem em problemas verdadeiramente globais. Outros vão se construir a partir de tecnologia melhorada. E uma ampla disseminação de dados amplamente acreditados poderia ser um grande contribuinte para a confiança que é tão central para a gestão eficaz nos Regimes de Propriedade Comum. Para OSTROM (1999), proteger essa diversidade institucional relacionada com o modo como os diversos povos lidam com os recursos comuns pode ser tão importante para a sobrevivência humana a longo prazo como a proteção da diversidade biológica.

Uma das formas para proteger a diversidade de modos como os povos lidam com os comuns é preservar o constante diálogo desses povos entre eles e com outros grupos, de modo que a experiência de um povo partilhada com a de outro resulte em formas positivas de lidar com os comuns, sendo deixadas de lado práticas desastrosas. Também é necessário entender as dinâmicas internas desses grupos, pois pesquisas sugerem que compreender as redes sociais pode ajudar a desbloquear e assim auxiliar na mudança das dinâmicas e processos sociais que orientam a gestão dos recursos naturais (PRELL et al, 2010).

Apesar dos modelos dominantes de desenvolvimento, desde o capitalismo das grandes empresas até ao capitalismo de Estado, tenderem propositadamente a destruir ou marginalizar as formas tradicionais de gestão dos comuns, apresentando-as como arcaicas (PETITJEAN, 2012), e alguns autores acreditarem que numa sociedade moderna e marcada pela globalização progressiva como a nossa perspectivas locais não sejam suficientes para assegurar um conhecimento das condições ou tendências na gestão de recursos (SUGA, 2013), outros pesquisadores e instituições apostam que essas perspectivas locais são eficientes em termos de gestão e preservação dos recursos naturais, a não ser que os consideremos segundo os critérios atuais de riqueza e desenvolvimento utilizados para medir os limites ambientais e sociais (PETITJEAN, 2012). Para se pensar uma sociedade com base em comuns será necessário fundamentar regras que mantenham e recriem automaticamente os comuns. Devemos passar a medir as ações do Estado e dos indivíduos com base em que contribuem aos comuns e não ao Produto Interno Bruto (PIB) (HELRICH, 2012). Trata-se portanto, de uma mudança de paradigmas.



3. REDE DE SEMENTES DO XINGU

Nesta parte do estudo apresentamos a experiência da Rede de Sementes do Xingu, desde como ela surgiu até como foi se articulando e se desenvolvendo e os resultados que vem obtendo.

Para entender o surgimento da Rede de Sementes é necessário situar-se dentro do cenário que ela surgiu. A partir da década de 1960, com a chamada nacional para o “desenvolvimento” da Amazônia, com o objetivo de abertura de campos para a pecuária, a região das nascentes do Rio Xingu no Mato Grosso sofreu violenta degradação de suas florestas, afetando diretamente a qualidade da água dessa região (CAMPOS FILHO, 2009b). A Bacia do Rio Xingu é uma região de contato do Cerrado com a Amazônia, com diversidade socioambiental única, abriga unidades de conservação, terras indígenas, propriedades rurais e municípios em desenvolvimento, tendo como principal atividade econômica a pecuária. No centro da bacia está a Terra Indígena Xingu, com mais de 16 mil indígenas que dependem do Rio Xingu para sua sobrevivência. Em seu entorno, 300 mil hectares de Áreas de Preservação Permanente, matas de beira de rios e nascentes foram degradados (BELLEI, 2011).

As comunidades indígenas perceberam o problema e buscaram apoio junto ao Instituto Socioambiental (ISA), pois o conjunto de recursos naturais da bacia do Xingu é indispensável à sobrevivência desses povos. Desse grito dos povos da floresta nasceu o projeto *Y IKATU XINGU*, dando início ao projeto do que viria a ser a Rede de Sementes do Xingu (CAMPOS FILHO, 2009a).

A Campanha *•Y IKATU XINGU•*, *•Salve a água boa do Xingu•*, na língua Kamaiurá, lançada em 2004, é um movimento socioambiental de responsabilidade compartilhada que mobiliza povos indígenas, pesquisadores, produtores rurais (pequenos, médios e grandes), organizações da sociedade civil e municipalidades da região. Tem como objetivo recuperar e conservar as nascentes e matas ciliares do rio, fonte de sobrevivência de 260 mil pessoas (CAMPOS FILHO, 2009a).

O Instituto Socioambiental (ISA) é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Foi fundada em abril de 1994 por pessoas com formação e experiência na luta por direitos sociais e ambientais. O ISA objetiva defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. Produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que visem promover a sustentabilidade socioambiental, enaltecendo a diversidade cultural e biológica do país (CAMPOS FILHO, 2009a).

Com a campanha *•Y IKATU XINGU•* promovida pelo ISA, e a partir da crescente demanda por sementes influenciada coercivamente pela Lei Federal n. 4.771/65 que visava a preservação de matas, veredas, pantanais, brejos ou campos nativos e obrigava o reflorestamento de áreas desmatadas, surgiu a necessidade de coletar, armazenar e disponibilizar sementes nativas da bacia do Xingu em grande quantidade. Para atender a essa demanda foi criada em 2007 a Rede de Coletores de Semente do Xingu (CAMPOS FILHO, 2009a).

A estruturação da Rede de Sementes do Xingu foi lenta e começou com poucas pessoas e foi crescendo ao longo dos anos. O primeiro coletor a ser



chamado para colaborar relata que no início as pessoas não queriam participar da rede, pois pensavam não ser um negócio lucrativo, mas ao longo dos anos foi aumentando o número de pessoas que queriam trabalhar na rede. Relata ainda que acreditava que ele mesmo iria dar conta de coletar todas as sementes, diz nunca ter imaginado que um dia teriam mais de 300 coletores (BELLEI, 2011).

Nos primeiros cinco anos de Rede mais de dois mil hectares de Áreas Preservadas e Reservas Legais em propriedades rurais de 22 municípios mato-grossenses foram colocados em processo de restauração. Foram utilizados meio de condução de regeneração natural, plantio de mudas e sementeira direta de sementes utilizando os maquinários agrícolas normalmente utilizados para o plantio de soja, milho e pasto. As calcareadeiras e plantadeiras, além de possibilitar a restauração de grandes áreas, diminuíram o custo do plantio de sementes, ficando até quatro vezes mais baixo que o plantio convencional de mudas (BELLEI, 2011).

A Rede de Sementes do Xingu pode ser caracterizada como uma Rede de desenvolvimento comunitário que se organiza em torno de um comum, sementes. Ela é composta por coletores organizados em núcleos e subnúcleos: grupos que centralizam o recebimento das sementes para a posterior comercialização. Cada núcleo tem um “elo”, que é a pessoa responsável por receber as sementes coletadas por seu grupo. Cada grupo e núcleo é acompanhado por técnicos das instituições que compõem a AXA (Articulação Xingu Araguaia) e colaboram na formação permanente dos coletores. Em 2011 eram 300 coletores, em 2016 os coletores de sementes passavam de 400 (GOVARIO, 2016).

A Rede realiza vários trabalhos de formação com os seus coletores, está articulada e em constante diálogo com outras instituições na região e ainda faz um trabalho de divulgação, educação e incentivo a novos coletores e compradores de sementes via web. No site, além de disponibilizar todo o material sob licença Creative Commons, que é a utilização desses materiais sem prévia autorização, desde que não sejam para fins comerciais (CAMPOS FILHO, 2009b), ainda relata o início da sua experiência e todas as suas publicações posteriores. O site ainda traz informes explicando como proceder quando já foi desmatada uma área, como deixar a vegetação nativa se recuperar, e ainda incentiva o plantio com fruteiras e árvores nativas do Xingu e do Araguaia (CAMPOS FILHO, 2009a). Através do site também é possível fazer pedido de sementes e estabelecer diálogo com os técnicos da Rede. Esse tem se mostrado um instrumento bastante eficaz.

Enfim, a Rede de Coletores de Sementes do Xingu se articulou em decorrência da necessidade de atender à crescente demanda por sementes para os plantios nas nascentes e beiras de rios degradadas. Envolveu indígenas, viveiristas, ribeirinhos, pessoas do meio urbano, técnicos e também agricultores familiares que queriam garantir a viabilidade econômica dos assentamentos rurais de reforma agrária, com justiça e igualdade de condições. Dessa união dos agricultores familiares, povos indígenas e viveiristas surgiu uma integração de saberes e culturas, numa nítida expressão de valorização de uma cultura florestal e agroflorestal, aliando de forma inovadora na região a geração de renda e conservação ambiental (CAMPOS FILHO, 2009a).



4. DISCUSSÃO

Segundo o “Manifesto: Fortalecimento dos Comuns. Já!” Todos os comuns compartilham uma função, a saber: são essenciais para nós. Sejam os naturais necessários para a nossa sobrevivência, os sociais por garantirem coesão social e os culturais indispensáveis para dirigirmos nossas paixões com autonomia (HELRICH, 2012). Sob esta perspectiva as nascentes e matas ciliares do Rio Xingu, no Mato Grosso é um “comum natural” dos povos ao redor dele. Visto que ele é fonte de sobrevivência de 260 mil pessoas (CAMPOS FILHO, 2009a). É nesse conjunto de recursos comuns que os povos indígenas e ribeirinhos sempre encontraram a sua mais importante fonte de sobrevivência. É onde mantém a cultura do seu povo, e com o passar do tempo viram essa fonte sendo destruída (ISA, 2009). Estes recursos foram sendo escasseados sem se colocar a pergunta da relação da escassez com um modelo particular de “desenvolvimento” (PETITJEAN, 2012). Uma relação que se apresenta óbvia, pois as comunidades indígenas da Amazônia por exemplo, utilizaram os recursos naturais de forma sustentável por várias gerações e viram o seu “bem comum” ameaçado, não por eles, mas com a chamada nacional para o desenvolvimento que abriu os campos para a pecuária. Com esse modelo de desenvolvimento a região sofreu uma violenta degradação das suas florestas, comprometendo as nascentes do Rio Xingu no Mato Grosso, afetando diretamente a qualidade da água dessa região (CAMPOS FILHO, 2009b).

Ou seja, as comunidades indígenas da Amazônia que utilizaram os recursos naturais de forma sustentável por várias gerações viram o seu “bem comum” ameaçado, não por eles, mas por agentes exteriores. Isto reforça a chamada tese da *injustiça ambiental*, neste caso, as comunidades que mais protegem a natureza, tais como comunidades tradicionais, ribeirinhas, indígenas, são as mais afetadas por danos causados à natureza por outros grupos que lucram com a degradação natural em nome de um “desenvolvimento”, sendo que estes últimos não são diretamente afetados pelos danos que causam (BULLARD, 2004).

É necessário ter entendimento que os comuns do futuro devem ser defendidos e preservados e também reconstruídos e inventados, tomando-se por base experiência acumulada. Em alguns casos, isso implicará que as populações de um determinado local ensinem novamente as de outros lugares o que estas perderam de vista. A ordem da vez é o fortalecimento das trocas entre sociedades civis, movimentos sociais e comunidades titulares de bens comuns naturais ou culturais. Assim, o reconhecimento da capacidade de auto-organização e de inovação social dessas comunidades, aliada a invenção de políticas públicas, deve estar em harmonia com os comuns (PETITJEAN, 2012). Um dos diferenciais do trabalho da Rede de Sementes do Xingu é a reconstrução e preservação de um comum realizado em rede bem articulada e com parcerias de comunidades diferentes: povos indígenas, ribeirinhos, agricultores familiares, assentados, pesquisadores, e fazendeiros da região que compram as sementes para o plantio.

Como sugere Prell et al (2010), o fato da rede ser composta por pessoas advindas de grupos e saberes diversos, incluindo instituições ambientais, concorre para a boa gestão do recurso natural comum. Para promover o intercâmbio de saberes entre os coletores, com técnicos e especialistas a Rede promove vários



encontros, inclusive são chamados especialistas em botânica para auxiliar os coletores a reconhecer as sementes e coleta-las com qualidade. É através desses encontros que ocorre a troca de experiências, a confiança no trabalho e o diálogo frequente que fortalece a rede. Os envolvidos se sentem valorizados e ajudam a descobrir e buscar soluções para os problemas compartilhados.

Foi através destas experiências que a Rede definiu, de forma participativa e comunitária, seus objetivos, sua organização e modo de trabalho. Estabelecendo critérios para quem quiser ser coletor de sementes e publicando todos esses acordos no Guia de Gestão. Quanto mais a Rede se desenvolveu, mais a comunidade teve benefícios, quanto mais sementes conseguem coletar e conservar, mais áreas degradadas são reflorestadas, gerando maiores resultados econômicos aos participantes da rede, corroborando assim com a tese de Petitjean (2012) de que os “comuns naturais” não deveriam ser necessariamente pensados em termos de partilha em termos de multiplicação, onde as comunidades cuidam dos recursos naturais, assegurando sua renovação e, quando compartilhados, elas multiplicam seus usos e seus usuários (PETITJEAN, 2012).

Muitos coletores entraram na Rede motivados pelos resultados econômicos, porém o trabalho feito em rede, com muitos encontros, formação, articulação e intensa comunicação faz com que as pessoas que não são colaborativas não permaneçam, fortalecendo as relações dos que ficam. Outro aspecto que contribui é o fato da demanda por sementes ser alta, não sendo possível ser alcançada por poucos indivíduos, o que faz com que o sucesso de um coletor dependa do sucesso do outro, sugerindo uma alimentação da relação de grupo, pois é desta relação que todos tiram proveito. Sendo essa relacionalidade uma das formas de contribuição para os comuns, segundo Helrich (2012), que remete à ideia de que “eu preciso dos outros e os outros precisam de mim”.

No caso da Rede de sementes, ao contrário do que Hardin (1968) propôs, quanto mais pessoas se envolveram nessa rede de economia solidária vinda da floresta, e começaram a participar dessa atividade em torno desse bem comum, o risco da depredação do mesmo tornou-se menor. Ou seja, a utilização do bem comum numa dinâmica de desenvolvimento econômico social que interessa aquelas comunidades locais está levando à conservação do mesmo.

A intensa colaboração e comunicação, ao longo dos dez anos fez com que os participantes da rede fossem percebendo problemas que indiretamente trariam grandes dificuldades à continuidade de suas atividades e juntos estudam soluções criativas para os mesmos (Rede de Sementes do Xingu, informativo julho de 2016). Estas Iniciativas tomadas pela Rede entram na diversidade de recursos, novos níveis de trabalho, trabalho em rede com ferramentas digitais, que também contribuem na gestão dos comuns (HELRICH, 2012).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo da bibliografia sobre os bens comuns, de observação participante e analisando material sobre a Rede de Sementes do Xingu consideramos que o Rio Xingu, suas nascentes e matas à sua volta são um bem comum natural para as pessoas que moram ao seu entorno. Observamos também



que nem sempre a degradação de um bem comum é realizada pela comunidade que dele depende e o explora. Neste caso, as ameaças advêm de fora do mesmo, advêm de uma forma de “desenvolvimento” que não interessa a estas comunidades.

Percebe-se também que quando um bem comum é reconhecido como necessário à sobrevivência, é possível uma organização em rede de economia solidaria para preservá-lo, gerando renda para as comunidades e melhorando a qualidade de vida na região.

Percebe-se, outrossim, que a monocultura trazida à bacia do Xingu por um modelo de desenvolvimento resultou altamente prejudicial aos bens comuns, e que as comunidades tradicionais que melhor lidam com seus comuns de forma sustentável são aquelas que sobrevivem de uma gama maior de bens comuns, não explorando apenas um. No caso das sementes isso é bem perceptível, uma vez que, os coletores têm várias fontes de alimentação e renda, não vivem exclusivamente da comercialização das sementes.

Faz toda a diferença, no caso estudado, o agir em rede, em parceria de saberes locais, populares e acadêmicos, o que convém aprofundar em outro artigo.

Urge avançar na educação para a compreensão da finitude dos recursos naturais e de que nossa sobrevivência depende deles, e cabe à academia em interação com as comunidades trazer à tona as sabedorias das comunidades para serem retomadas maneiras de olhar o mundo que cria formas de agir sustentáveis.

REFERENCIAS

BULLARD, R. Ética e racismo ambiental. **Revista Eco 21**, ano XV, Nº 98, janeiro/2005. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/textos_educativos/etica_e_racismo_ambiental.html>. Acesso em julho de 2017.

HARDIN, G. The tragedy of the Commons. In: **Science**, v.162, p.1243-1248, 1968. Disponível em: <<http://dieoff.org/page95.htm>>. Acesso em abril de 2017.

HELDRICH, S. Rede de Vida. **Revista PASSERELLE**, n.6, p.6-8, jun. 2012. Disponível em: <www.coredem.info>. Acesso em junho de 2017.

BELLEI, F. (org). Uma economia participativa que nasce da floresta. **Boletim rede**. ISA, Maio, 2011. Disponível em: <<http://sementesdoxingu.org.br/site/wp-content/uploads/2012/11/boletim-rede.pdf>>. Acesso em abril de 2017.

CAMPOS FILHO, E.M. (org). **Plante as árvores do Xingu e Araguaia**. Manual do plantador. ISA, São Paulo, julho 2009a. Disponível em: <<http://sementesdoxingu.org.br/site/wp-content/uploads/2012/11/v1-manual-do-plantador.pdf>>. Acesso em abril de 2017.

CAMPOS FILHO, E.M. (org). **Plante as árvores do Xingu e Araguaia**. Guia de identificação. ISA, São Paulo, julho 2009b. Disponível em:



<<http://sementesdoxingu.org.br/site/wp-content/uploads/2012/11/v1-manual-do-plantador.pdf>>. Acesso em abril de 2017.

GOVARIO, R. et al. **Coleta de sementes já gerou 2 milhões de reais em renda.** Informativo sobre a Rede de Sementes do Xingu. ISA, Julho, 2016. Disponível em: <<http://sementesdoxingu.org.br/site/wp-content/uploads/2016/07/boletim-rede-2016-site.pdf>>. Acesso em abril de 2017.

GUARIDO, M.C.M; LÉRIAS, R.A. Economia social/solidária: uma alternativa do sistema capitalista. **Revista Eletrônica de Política e Gestão Educacional**, nº4, 2007. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/rpge/issue/view/574>>. Acesso em julho de 2017.

OSTROM, Elinor, et al. Revisiting the Commons: local lessons, global challenges. In: **Science**, v.284, p.278-282, 1999. Disponível em: <http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic209735.files/Revisiting_the_Commons.pdf>. Acesso em março de 2017.

PETITJEAN, O. Os Comuns, um modelo de futuro. **Revista PASSERELLE**, n.6, p.10-15, jun. 2012. Disponível em: <www.coredem.info>. Acesso em julho de 2017.

STAVINS, Robert N. The problem of the Commons: still unsettled after 100 years. **HKS Faculty Research Working Paper Series: RWP10-042**, 2010 (Harvard Project on International Climate Agreements Discussion Paper). Disponível em: <<https://research.hks.harvard.edu/publications/workingpapers/citation.aspx?PubId=7429&type=PD&id=>>>. Acesso em abril de 2017.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. FEEVALE, 2ª ed. Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em julho de 2017.

PRELL, C. et al. Competing structure, competing views: the role of formal and informal social structures in shaping stakeholder perceptions. **Ecology and Society**, v.15, n.4, a.34, 2010. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss4/art34>>. Acesso em maio de 2017.

SUGA, Y. The tragedy of the conceptual expansion of the commons. In: MUROTA, T.; TAKESHITA, K. (eds.) **Local commons and democratic environmental governance**. Tokyo: United Nations University, 2013. (p.3-18) Disponível em: <<http://i.unu.edu/media/unu.edu/publication/32428/1223-Local-Common-SAMPLE-CHAPTER.pdf>>. Acesso em junho de 2017.